



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

AFROEMPREENDEDORISMO EM TERRITÓRIOS NEGROS: UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA

AZÂNIA MAHIN ROMÃO NOGUEIRA¹

Resumo: O objetivo deste artigo é socializar o projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Nesta pesquisa tenho interesse de investigar o empreendedorismo negro, também conhecido como afroempreendedorismo, enquanto estratégia de autonomia espacial e alternativa ao projeto desenvolvimentista moderno-colonial de territórios negros. Dado o norteador geral de meu interesse e considerando os limites temporais e analíticos de um trabalho de doutoramento, me proponho a investigar qual o papel do afroempreendedorismo na territorialidade de comunidades negras, tendo como recorte espacial o bairro Engenho Velho da Federação, localizado em Salvador, Bahia, e a comunidade do Morro da Caixa, localizada em Florianópolis, Santa Catarina. Apresento as categorias analíticas principais na construção do presente projeto: afroempreendedorismo, territorialidade e territórios negros, para então explanar a proposta, com sua fundamentação teórico-metodológica e objetivos. Concluo com meus questionamentos, posicionamentos e perspectivas para o desenrolar da pesquisa.

Palavras-chave: afroempreendedorismo, territórios negros, metodologia científica, pensamento negro.

INTRODUÇÃO

Considerando a Formação Sócio-Espacial brasileira, é inegável a dimensão espacial do racismo. Enquanto estrutura organizadora de nossa sociedade, o racismo informa as mais diversas relações sociais, determinando o lugar a ser ocupado pelas pessoas de acordo com seu pertencimento racial. Em pesquisa anterior, buscando localizar a população negra no município de Florianópolis (NOGUEIRA, 2018), tornou-se evidente a distribuição das atividades econômicas dentro e fora de territórios negros, bem como as distorções salariais entre pessoas negras e brancas, como já documentado enquanto característica do mercado de trabalho brasileiro (THEODORO, 2008; SOARES, 2008).

Com isso, é perceptível que apesar da mudança das relações trabalhistas durante o decorrer da história do país, o embasamento ideológico que organiza a força produtiva permanece o mesmo, ainda que tenha ocorrido a transição entre o escravismo racista para o capitalismo racista. Desta maneira, o racismo se mantém enquanto estrutura dos modos de produção.

¹ Estudante do segundo ano do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. azania.mahin@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Dentro deste contexto, apesar das tentativas de subalternização do povo africano e seus descendentes, sempre estiveram presentes estratégias de resistência visando a manutenção da agência sobre suas vidas. Dentre fugas, revoltas, greves e outros tensionamentos na esfera trabalhista, diversos foram os movimentos negros - muitos deles ainda necessários nos dias atuais - na luta por uma vida com dignidade. A necessidade de fazer dinheiro numa realidade ausente de oportunidades trabalhistas, herança ou meios de produção fez e faz com que a população negra se lance ao mercado enquanto trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, frequentemente acionando seus arranjos familiares na efetivação de seus empreendimentos.

Para refinar a minha pergunta de pesquisa, me interessei em saber, de maneira bem introdutória, o que se tem dito sobre o afroempreendedorismo, empreendedorismo negro ou ainda, “black money”, pela ciência brasileira. Assim, investiguei em duas bases de dados teses e dissertações sobre o tema, registrando na Tabela 01 o número de trabalhos encontrados.

Tabela 01: Teses e dissertações produzidas sobre afroempreendedorismo e empreendedorismo negro, na Geografia e em outras áreas do conhecimento

Buscadores	Geografia		Outras áreas do conhecimento	
	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
Afroempreendedorismo	0	0	4	10
“Empreendedorismo negro”	0	0	4	4
“Black money”	1	0	0	1

Fonte: Elaborada pela pessoa autora (2022)



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

No total foram encontradas 18 dissertações, defendidas entre os anos de 2016 e 2022, o que indica um recente debate acerca deste fenômeno - com estas nomenclaturas - nos programas de pós-graduação brasileiros. A maioria das discussões se dão no âmbito da Administração e da Sociologia, mas acredito que exista uma grande potencialidade na discussão acerca do afroempreendedorismo na Geografia considerando o papel das relações sociais e de trabalho na produção do espaço urbano. Pensar o afroempreendedorismo sob uma ótica da Geografia é analisar de que formas estes negócios e as redes acionadas a partir deles organizam o espaço e constroem contra narrativas acerca da população negra brasileira, considerando que estamos falando de 51% dos empreendedores brasileiros (SEBRAE, 2016).

Apesar disso, o único trabalho sobre a temática na Geografia, minha área de estudo, foi localizado a partir do buscador “black money”. Inicialmente “O banco é branco, o dinheiro é negro: Geopolítica brasileira do financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola”, a dissertação de mestrado de Fernanda Lira Goes foi defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, sob orientação do professor Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Goes (2016) analisou as relações de poder vinculadas ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para Odebrecht em Angola, portanto fora do escopo da presente proposta investigativa.

Nesta pesquisa tenho interesse de investigar o empreendedorismo negro, também conhecido como afroempreendedorismo, enquanto estratégia de autonomia territorial e alternativa ao projeto desenvolvimentista moderno-colonial. Dado o norteador geral de meu interesse e considerando os limites temporais e analíticos de um trabalho de doutoramento, me proponho a investigar **qual o papel do afroempreendedorismo na territorialidade de comunidades negras?**

Para responder minha pergunta, terei como recorte espacial o bairro negro Engenho Velho da Federação, localizado em Salvador, Bahia, e a comunidade do Morro da Caixa,



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

localizada em Florianópolis, Santa Catarina. Antes de apresentar a proposta investigativa, com seus pressupostos teórico-metodológicos e objetivos, trago as categorias principais de análise já elencadas e, em seguida, o que sei até o momento sobre os territórios que irei realizar meu trabalho de campo.

AFROEMPREENDEDORISMO, EMPREENDEDORISMO E BLACK MONEY

A partir de 2013, período em que se registra um aumento de pessoas negras chefes de negócios no país, há uma proliferação do uso do termo “afroempreendedorismo”, visto que se fez necessário apontar as demandas específicas destes empreendedores e empreendedoras frente à políticas e programas de incentivo à micro e pequenas empresas. Apesar de serem utilizados frequentemente como sinônimos, existem aqueles que apontam uma diferenciação entre o empreendedorismo negro e o afroempreendedorismo: enquanto o primeiro abarcaria todos os empreendimentos chefiados por pessoas negras, o afroempreendedorismo destacaria o pertencimento racial seja nos valores, nos produtos, ou ainda, no público-alvo do empreendimento (SILVA, 2021).

Estamos enquanto sociedade em um momento pivotal em nossa trajetória civilizatória. Os marcos climáticos, sanitários, econômicos e sociais indicam de maneira geral que um outro curso precisa ser trilhado para sustentar a reprodução da vida humana com dignidade para toda a população planetária. Milton Santos afirma que uma das vantagens de nossa geração é já convivermos com o futuro possível. Este futuro só será efetivamente possível se ousarmos superar a ideia da acumulação material, indo além, superando “as visões simplistas que transformaram o economicismo em eixo da sociedade. Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas” (ACOSTA, 2016, p. 32). Assim, apesar desta pesquisa tratar de um tema muito discutido na Economia e na Administração, proponho um debate além do economicismo, pela lente geográfica, considerando a complexidade de dimensões que envolve a questão e as possíveis soluções para problemas que enfrentamos hoje.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Por isso, não é minha intenção reduzir a história do negro ao trabalho, tampouco à uma narrativa simplista de marginalização desta população, mas apresentar o afroempreendedorismo enquanto resultado da agência da população negra frente às condições adversas para seu modo de reprodução de vida. Considerando que “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais” (SANTOS, 2014, p. 25), tenho como objetivo compreender dentro deste contexto histórico o momento contemporâneo, partindo da premissa de que a concretude da realidade é informada historicamente.

Assim, se faz necessário apresentar o desenvolvimento das formas de participação da população negra enquanto mão-de-obra, contextualizando historicamente o afroempreendedorismo enquanto a constituição presente de um movimento perceptível por toda a história do trabalho negro brasileiro. Para fins analíticos, agrupamos as experiências de trabalho empreendedor da população negra em cinco períodos:

- 1) O período escravocrata, onde a população negra além de ter sido a mão-de-obra na produção que sustentou a economia colonial agroexportadora, também trabalhamos nos ofícios empreendedores, garantindo a circulação de bens e a prestação de serviços no contexto urbano e rural;
- 2) O período pré-abolição, onde o empreendedorismo das mulheres negras - que constituíam a maior parte da população livre - teve papel fundamental na alforria de trabalhadores escravizados e na articulação pela abolição do trabalho escravo no Brasil;
- 3) O período pós-abolição, onde a população negra a partir do empreendedorismo e autoemprego teve que garantir sua existência e a manutenção de seus territórios, frente à um contexto que almeja seu desaparecimento a partir da política em embranquecimento;
- 4) O período industrial, onde a população negra participava do mercado de trabalho pelas pequenas empresas e pela indústria da construção civil. Além disso, a mão de obra



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

negra estava presente nas atividades “menos qualificadas” como limpeza urbana, transporte, correios. Com a entrada agressiva do capital estrangeiro no Brasil durante a Ditadura Militar causou além do desaparecimento das pequenas empresas industriais, também causou um arrocho salarial que resultou na queda do nível de vida da população negra (GONZALEZ, 1982);

5) E o período contemporâneo, onde, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a maioria das pessoas empreendedoras no Brasil é negra. Entre 2001 e 2011, o número de empreendedores negros aumentou 29%, chegando à quase 12 milhões de pessoas. Este contingente totaliza 51% do total de empreendedores no país, sendo o único grupo racial que apresentou um aumento no percentual total no período estudado. Ao mesmo tempo, a população negra compõem 56% da força de trabalho, bem como 64,7% dos desempregados.

O projeto desenvolvimentista brasileiro executado a partir do governo Lula incentiva o empreendedorismo que, na maioria dos casos, tratava-se da formalização de trabalhadores por conta própria através da homologação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em 2006. Considerando esta característica do autoemprego do empreendedorismo brasileiro, que se diferencia do empresariado que frequentemente possui recursos - seja capital financeiro, social ou cultural - é notável que esta atividade no país é, por excelência, negra. Foram os negros, ou melhor, as negras, as primeiras empreendedoras nas cidades brasileiras. Assim, o afroempreendedorismo é quase um pleonasma histórico, necessário para acentuar o óbvio: existem empreendedores negros no Brasil.

Outro dado que o SEBRAE apresenta sobre a década entre 2001 e 2011 é que os empreendimentos chefiados por pessoas brancas cresceram apenas 1% neste período. Isso demonstra como o avanço do capitalismo neoliberal racista apesar de sujeitar pessoas brancas a lugares anteriormente ocupados quase que exclusivamente por pessoas negras também cria as ferramentas para garantir que ainda assim a branquitude esteja amparada dentro das condições materiais do Estado. Com isso, programas e



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

linhas de crédito que por coerência histórica deveriam ser direcionados primordialmente à população negra continuam servindo como uma herança racial para uma minoria branca.

A presente pesquisa tem como interesse contribuir para o debate que aponta o papel das relações raciais na produção do espaço, a partir das dinâmicas socioeconômicas e estratégias de autogestão do povo negro. Guerreiro Ramos afirma que “a melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade” (RAMOS, 1982, p. 105). Assim, esta não é uma pesquisa sobre o lugar do negro no mercado de trabalho, mas sim uma investigação sobre as possibilidades de “desenvolvimento”, ou ainda, proteção territorial materializadas pela agência da população negra brasileira e em que medida estas oportunizam soluções para problemas socioeconômicos que afligem a nação.

São diversas as estratégias de auto-organização de afroempreendedores brasileiros como o Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros (CEM); o Círculo Olympio Marques (COLYMAR); os Coletivos de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros (CEABRA) de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, fundados em 1997; a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros (ANCEABRA), fundada em 1999; a Rede Brasil Afroempreendedor, com representação em vários estados do Brasil, fundada em 2003; a Feira Preta em São Paulo; a Feira Afro Artesanal em Florianópolis; experiências de co-working em Salvador (Ujamaa Coworking) e Rio de Janeiro. Já existem diversos estudos acadêmicos que dissertam sobre elas, muitas as inserindo no debate acerca da economia solidária, economia criativa e cooperativismo.

De maneira adjacente ao debate acerca do afroempreendedorismo, o consumo negro também tem sido pesquisado a partir do “movimento black money”, estratégia criada pela comunidade negra estadunidense para estimular o consumo de serviços e produtos de pessoas negras por pessoas negras, disseminada pelo mundo.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIOS NEGROS

Compreendo a territorialidade enquanto as relações sociais estabelecidas pelas pessoas afroempreendedoras em suas comunidades e como estes vínculos possuem uma dimensão espacial que se materializa na produção de territórios negros, considerando o que Maríia Laura Silveira diz que “se podemos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2011, p. 39).

Já os territórios negros são todas as expressões espaciais produzidas a partir das relações raciais demarcadas pela negritude. Se materializam através de marcadores socioeconômicos, culturais, políticos, enfim, civilizatórios, que são múltiplos e se expressam no espaço de diversas formas. Isso se dá pois os territórios negros são distintos entre si na mesma diversidade em que a negritude se manifesta, incorporando diferenças culturais, geográficas e históricas que atravessam a existência negra em África e na diáspora.

Nesse sentido, Alex Ratts ao pensar territórios negros enquanto espaços “apropriados, marcados, qualificados por grupos negros, ainda que não sejam exclusivos” (RATTS, 2012, p. 232), traz o sujeito corporificado para pensar as relações de poder.

Ao trazer o corpo para a dimensão do território, pude compreender os territórios negros enquanto fatos espaciais definidos a partir de relações de poder focadas na perspectiva racial, onde a identidade negra se faz presente tanto pela autodeclaração daqueles que se apropriam daquele espaço, quanto pela presença de “marcadores culturais e simbólicos” (BENEDITO, 2013, p. 99). Buscando sintetizar estes marcadores, para fins analíticos os classifiquei entre socioeconômicos, políticos e culturais, assim identificando estes territórios ao materializarem as relações raciais na sociedade brasileira, a partir de expressões materiais e imateriais que produzem e reproduzem uma forma específica de vida.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Considerando que estes marcadores não são independentes uns dos outros, os marcadores políticos frequentemente se mostram de forma imaterial, desde nossa organização cotidiana ao envolvimento na política partidária, passando por demonstrações públicas de cunho militante, cultural, religioso, entre outros. Exemplos deste marcador são o evento Zumbi Vive em Nós, organizado pelos moradores do Morro da Caixa, em Florianópolis, e a Caminhada pelo Fim da Violência e do Ódio Religioso, pela Paz!, organizada há mais de 16 anos por terreiros de tradição africana no Engenho Velho da Federação, em Salvador.

Os marcadores culturais são os mais diversos e materializam as diversas formas de produção e reprodução das diferentes formas de existência humana. Dentre eles estão os terreiros, suas festas e relações com o entorno. Além disso, podemos citar também as escolas de samba, como a Embaixada Copa Lord, no Morro da Caixa, e os grupos de rap, como o Engenho Lírico, do Engenho Velho da Federação.

Já os marcadores socioeconômicos são aqueles que nos ajudam a perceber as condições materiais históricas indicadas a partir do acesso à direitos básicos e à uma vida digna para a população negra, levando em conta que no âmbito acadêmico e até mesmo governamental, existe um consenso acerca da disparidade de “qualidade de vida” entre brancos e não brancos no Brasil. Além destes, também se constituem enquanto marcadores socioeconômicos as estratégias protagonizadas pela população negra visando nossa sobrevivência e o desenvolvimento de nossos territórios.

No momento atual da minha pesquisa, meu interesse é avançar a partir desta concepção, compreendendo o Alex Ratts reforça: não é apenas a predominância da população negra em um espaço que o define como um território negro, mas a presença de “um conjunto de códigos e símbolos compartilhados, enfim, um modo de vida” (RATTS, 2004, p. 85). Essa perspectiva que amplia o conceito de território tendo a reprodução da vida humana e não-humana enquanto elemento central é a última abordagem sistematizada por Haesbaert (2021) e que, segundo o mesmo, ainda carece desenvolvimento desenvolvimento na Geografia, mas é explorada justamente a partir de trabalhos que



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

abordam territórios negros. Nesse sentido, os marcadores vão além de tratar do território de forma “desencarnada”, ou seja, sem a materialidade do corpo. Assim, da mesma maneira que corpos não-negros são marcados pelo devir negro ao se constituírem em territórios negros, corpos negros externos ao seu território ainda assim carregam a marca destes.

Por fim, com “territórios negros” não pretendo dizer que estes são apenas exclusivamente negros, muito menos criar (ou reforçar) uma dicotomia entre territórios negros e não-negros, especialmente considerando que todo o território nacional brasileiro é um território negro e, primordialmente, território indígena. O objetivo é visibilizar a existência de espaços de resistência da população negra frente aos processos de colonialidade ainda presentes na sociedade, definidos por relações de poder. Assim, a presente pesquisa se propõe a ser multiescalar, tendo como lócus as comunidades negras onde se localizam os afroempreendimentos analisados, contextualizando-os em seus respectivos municípios e no país.

MORRO DA CAIXA

Contar a história da comunidade do Morro da Caixa, também chamada de Mont Serrat, é contar a história da população negra em Florianópolis, Santa Catarina. Estamos falando da capital do estado com menor proporção de negros (15,35%) no país, onde 14,69% da população de 421.240 habitantes se autodeclara como preta ou parda. A invisibilização desta população nas narrativas construídas para retratar a “ilha da magia” remonta desde a historização do regime escravocrata, que tentou reduzir a escala do uso de mão de obra escravizada e, conseqüentemente, o número de africanos e seus descendentes no município.

Já no século XX, a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em janeiro de 1920 demarca o início da primeira fase do movimento sanitarista brasileiro. A produção de conhecimento acadêmico eugenista endossava as políticas públicas postas em prática, como inspeções sanitárias domiciliares, expulsões e outras reformas



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

urbanas, sendo “incorporada aos projetos políticos e científicos que almejavam produzir uma ampla reforma social, nos quais a eugenia teria como função melhorar o aspecto físico, moral e mental da 'raça nacional” (SOUZA, 2008, p. 146). Assim, as políticas higienistas que dela decorreram, sendo motivadas pelo projeto de modernidade que é ideologicamente organizado pelo racismo, impactaram na organização espacial das principais cidades brasileiras, afetando diretamente territórios negros.

O ponto culminante deste movimento em Florianópolis se dá com o início da construção da avenida Hercílio Luz, a primeira da cidade (AREND, 2005). Para a construção da avenida, foram extintos os bairros da Toca e da Tronqueira, território das populações pobres e negras e o rio da Bulha fora canalizado. Na época da construção da avenida, que receberia o nome de “Avenida do Saneamento”, a canalização do rio bem como a associação da atividade das lavadeiras a algo insalubre para a população estavam alinhados com um projeto de modernização da capital do estado, uma demanda política e econômica das elites locais. Na realidade, fez com que a população que ali habitavam deixassem de ser figuras onipresentes da cidade para ocuparem as encostas do Morro do Antão, que faz parte do que hoje é conhecido como Maciço do Morro da Cruz.

Com a expulsão da população pobre e negra, a avenida Hercílio Luz tornou-se “uma das regiões residenciais prediletas da classe média e ali se multiplicaram habitações de fachadas ecléticas, dotadas de conforto e padrões higiênicos sadios” (VEIGA, 2008, p. 215). Assim, a avenida Hercílio já nasce enquanto materialização da fronteira de cor no Centro decorrente do movimento higienista que expulsou a população negra das regiões centrais da cidade.

Nessa época, se intensifica a ocupação do Maciço do Morro da Cruz, onde hoje a prefeitura estima que vivem 22.566 habitantes em 16 comunidades: Morro da Caixa, Mariquinha, Rua Ângelo Laporta, Rua José Boiteux, Tico Tico, Rua Laudelina da Cruz, Morro do 25, Vila Santa Vitória, Morro do Horácio, Vila Santa Clara, Morro da Penitenciária, Serrinha, Morro da Queimada e Jagatá, Alto da Caeira, Morro do Céu e Mocotó. O Maciço, com mais de 657 mil km², pelos dados oficiais acaba dividido em



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

vários bairros, já que os limites definidos pela cartografia oficial não levam em consideração a composição e extensão deste território que origina-se da expulsão dos pobres, em sua maioria negros, da região central da cidade (FLORIANÓPOLIS, 2018). Em 2018, na Major Costa, rua de acesso ao Morro da Caixa, que foi fundada por Valter Costa e Luis Rodrigues (Figura 01), a Pizza da Quebrada. Desde a sua criação, a pizzeria se identifica enquanto um afroempreendimento, chegando a ter em seu cardápio uma pizza nomeada “Movimento Black Money”.

Figura 01: Valter Costa e Luis Rodrigues na Pizza da Quebrada



A pizzeria funcionou até 2020, sendo impactada pelo agravamento da crise econômica causado pela crise sanitária durante a pandemia de Covid-19. Durante o período em que esteve em atividade, a pizzeria apoiou eventos culturais dentro e fora da comunidade realizados pela escola de samba local, a Embaixada Copa Lord (Figura 02), além de patrocinar atletas mirins do Morro da Caixa e realizar outras ações de cunho social.

Figura 02: Imagem de divulgação da Volta a Praça de 2020



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global



Apesar de não estar mais em funcionamento, o projeto Mais Comunidades, através do qual a pizzaria realizava suas ações sociais, continua em atividade.

ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Se Florianópolis é a capital com menor proporção de negros, do outro lado temos Salvador, a primeira capital do Brasil, terra do “primeiro carnaval e primeiro pelourinho também” (GIL, 1979), onde quase 80% da população se autodeclara preta ou parda. No Censo de 2010, o bairro do Engenho Velho da Federação contava com uma população total de 24.555 habitantes, destes 87% se autodeclararam negros.

A presença histórica da cultura negra na região é alicerce da história de fundação do bairro, que tem duas possíveis origens. A primeira demarca o território enquanto um quilombo urbano, remanescente de uma concentração de terreiros muito antigos, dentre eles o Terreiro do Bogum que chegou a denominar o bairro. A partir deste viés, a lógica de ocupação do bairro deu-se através das famílias de santo que foram se adensando,



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

característica já reconhecida do terreiros na produção do espaço urbano enquanto marcadores territoriais negros.

A segunda história de origem conta do arrendamento de terras que pertenciam a fazendas já desativadas, daí o atual nome do bairro.

Em 2009, o Engenho Velho da Federação foi reconhecido enquanto bairro negro, a partir da mediação da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), do Governo Estadual, com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR-BA) e da Superintendência de Construções Administrativas (SUCAB). Este reconhecimento possibilitou a efetivação do Projeto de Revitalização de Territórios Culturais de Matrizes Africanas, que reformou os terreiros da Casa Branca, o Patití Obá, o Cobre, o Ojo Bomim e o Odê Mirim.

Em 2022, o bairro foi escolhido para ser o projeto-piloto do Plano Antirracista para os Bairros Negros de Salvador, do Grupo de Trabalho “Direito à cidade antirracista e equidade de gênero” da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Com o objetivo de atuar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Cidade de Jequié, Escola Municipal Makota Valdina e o Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino, o projeto executará oficinas formativas e rodas de conversa, além de dois minicursos, um deles com foco no empreendedorismo. Desde junho deste ano integro as ações enquanto participante do Grupo de Pesquisas EtniCidades (UFBA/CNPq).

PROPOSTA INVESTIGATIVA

A partir dos pressupostos teóricos e recortes espaciais até aqui delimitados, com o objetivo de compreender o papel do afroempreendedorismo na territorialidade de comunidades negras, desenha-se uma proposta investigativa.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

O Pensamento Negro brasileiro dá régua e compasso para os procedimentos metodológicos adotados, sendo oriundos de abordagens epistemológicas que compreendem o racismo enquanto referencial interpretativo para compreender os fenômenos sociais no Brasil, entendendo que “há o tema do negro e há a vida do negro” (RAMOS, p. 215). Este Pensamento se materializa em diferentes epistemologias, como o marxismo, a fenomenologia, a decolonialidade, entre outros.

Eduardo Miranda (2022), coordenador Grupo de Pesquisa Corpo-território, Educação e Decolonialidade (UEFS/CNPq) apresenta a Decolonialidade Afro-Brasileira que “precisa ser compreendida como uma estratégia de descentralização da geopolítica do saber, do ser e do sentir o mundo” (MIRANDA, 2022, p. 32) com o “(...) intuito de constranger a Branquitude-heteropatriarcal-cisgênera, que se pauta universal, para criar outros caminhos dentro do grupo teórico latino-americano que muito nos contempla.” (Idem, p. 38).

A Decolonialidade Afro-Brasileira nomeia a serviço de quem a Colonialidade é operacionalizada, recusando tornar os lugares de construção de alianças em espaços de reprodução acrítica da universalidade colonial. Além disso, reconhece que apesar das proximidades das demandas e possibilidades epistêmicas sinalizadas pelo Pensamento Decolonial, o mesmo é forjado em um contexto ausente de referenciais teóricos do Pensamento Negro brasileiro.

Trago isto para explicitar que esta proposta investigativa se alinha na perspectiva de construir uma narrativa contra colonial de enfrentamento ao projeto desenvolvimentista moderno-colonial implantado na América Latina através da amplificação de vozes subalternizadas, inclusive desta que aqui escreve. Apesar disso, neste momento não reivindico esta ou qualquer outro método, entendendo que o fazer da pesquisa apontará possíveis caminhos, categorias de análise e formas interpretativas de alcançar meu objetivo.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

Para isso, o trabalho de campo tem especial importância neste projeto. Passar a integrar o Grupo de Pesquisas EtniCidades (FAU/UFBA) e ser convidada a contribuir com o Plano Antirracista para os Bairros Negros de Salvador deu uma possibilidade de diálogo mais direto com pessoas interessadas nas possibilidades proporcionadas por uma investigação acadêmica na “melhoria” do Engenho Velho da Federação. Em diálogo com as lideranças presentes nos espaços de aproximação do Plano ao bairro, foram desenhados os objetivos específicos da pesquisa:

- Compreender qual é a relação entre os afroempreendimentos e territórios negros e quem são os sujeitos inbricados neste processo;
- Identificar quais características do afroempreendedorismo possibilitam um “desenvolvimento” territorial comunitário;
- Entender como a geografia determina a experiência de afroempreendedores;

A proposta da efetivação do plano no bairro se dá a partir de espaços formativos com turmas da Educação de Jovens e Adultos de três escolas do bairro, bem como as famílias e moradores que integram a comunidade escolar. A ideia é que pessoas do bairro, lideranças, empreendedores, artistas e intelectuais sejam os condutores dos espaços formativos, em associação com os pesquisadores do EtniCidades. Serão três rodas de conversa e cinco oficinas a serem realizadas em novembro e dezembro. As rodas de conversa tem como temática o debate sobre bairros negros, sua definição, particularidades e as possibilidades de diálogo institucional a partir do planejamento urbano antirracista. As oficinas trabalharão as quatro dimensões para entender o Engenho Velho da Federação enquanto bairro negro: racismo; cultura de base africana; relações sociais e políticas; e as relações de trabalho e econômicas.

Minha participação se dará no eixo “Relações de trabalho e econômicas”, tendo um interesse já anunciado por parte dos discentes sobre empreendedorismo. O ambiente para o diálogo com afroempreendedores vistos enquanto referência para o território estará facilitado. Nesse sentido, o Pensamento Feminista Negro, que tem uma constituição diaspórica com franco diálogo entre intelectuais negras brasileiras e afro-



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

estadunidenses, faz uso do diálogo enquanto “conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto” (hooks, 2019). Leda Maria Martins (1997) chama de “oralitura” a metodologia pela qual materializou as “afrografias da memória”, considerando que o registro oral grafa o sujeito no território narrado. O objetivo portanto não é ser uma observadora, mera ouvinte ou ser a condutora do diálogo, mas participar de conversas tendo explícitos meus objetivos de pesquisa.

Estão previstos também dois minicursos, um sobre produção audiovisual e outro sobre estética negra, ambos com objetivo de capacitar os participantes para empreender, ainda não agendados, mas que serão realizados no ano corrente. O minicurso sobre produção audiovisual terá como produto um documentário produzido por nós sobre o Engenho Velho da Federação e os eixos de debate. Patricia Hill Collins aponta que no âmbito do Pensamento Feminista Negro enquanto teoria social crítica frequentemente invoca-se “as experiências vividas como critério de credibilidade” (COLLINS, 2019, p. 411). A experiência vivida como critério de significado se aproxima das Escrevivências de Conceição Evaristo: “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção” (EVARISTO, p. 11).

As entrevistas que comporão o documentário também serão analisadas, bem como o processo coletivo de construção das mesmas. A narrativa articulada não apenas pelos entrevistados, mas pelo documentário em si será uma possibilidade de compreender a relação entre os afroempreendimentos e o Engenho Velho da Federação.

Após a realização do documentário poderei avaliar a necessidade de entrevistas específicas para vencer demandas da pesquisa ou para comparação com a observação a ser realizada em Florianópolis. Diferentemente do Engenho Velho da Federação, minha entrada no Morro da Caixa e diálogo com a comunidade, afroempreendedores e sujeitos imbricados no processo é bastante facilitada por ser filha de uma cria do território e ter boas relações com diversos moradores, inclusive com um dos sócios do



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

empreendimento a ser analisado. Assim, pretendo passar dois meses em Florianópolis realizando encontros e conversas com os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero com esta proposta investigativa contribuir com o histórico processo de formulação e transmissão de conhecimento desenvolvido pelo Pensamento Negro brasileiro que compreende que a agenda de pesquisas de nosso país deve ser pautada pelas demandas do povo brasileiro. Assim, o diálogo entre as minhas inquietações e as necessidades das e dos sujeitos imbricados no fazer desta pesquisa exige mediações teórico-metodológicas que demonstram a inovação da intelectualidade negra brasileira ao valorizar os saberes e fazeres de nosso povo ao investigar as dimensões que constituem nossa nação.

Um destes mergulhos já assinalados neste momento preliminar da pesquisa indicam a exigência em debater o binômio modernização/desenvolvimento, que aparece nos desejos não apenas para os territórios negros que exploro, mas para todo o país. Desde já me questiono se em algum momento histórico do Brasil o anseio pela modernidade/desenvolvimento nos trouxe algo além de reforçar nossa condição periférica e superexplorada no sistema-mundo.

Também se faz necessário tensionar a própria ideia de afroempreendedorismo dentro do contexto capitalista. Minha posição enquanto pesquisadora, influenciada pelo professor João Carlos Nogueira, é de apresentar esta noção de forma contra hegemônica, apontando a romantização liberal frente ao trabalho por conta própria e a precarização da mão de obra “autônoma” na atual conjuntura brasileira e mundial. Ao mesmo tempo, influenciada pelos professores Rafael Sanzio e Henrique Cunha Júnior, busco reconhecer em que medidas o afroempreendedorismo e os territórios negros podem oferecer soluções para o país.

Por isso, me proponho a olhar para o afroempreendedorismo a partir de uma perspectiva civilizatória, não apenas de uma dimensão econômica, olhando para o sujeito



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

afroempreendedor também enquanto uma pessoa que tensiona as relações de trabalho, as noções de progresso e não o faz de forma ingênua, mas consciente de suas necessidades e possibilidades, individuais e coletivas, de hoje e de amanhã.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Maria Fávero. Avançando pela encosta: condições de moradia dos pobres urbanos na era Vargas. *Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 14, p.133-148, set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/173/9938>. Acesso em: 17 maio 2019.

BENEDITO, Vera Lúcia. Cor e territórios na cartografia das desigualdades urbanas. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (Org.). *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e território*. São Paulo: Ed. Alameda, 2013. p. 95-127.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; GUIMARÃES, Geny Ferreira; SOUZA, Lorena Francisco de. INTRODUÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO “GEOGRAFIAS NEGRAS”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Ed. Especi, p. 3-11, abr. 2020. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/851>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FLORIANÓPOLIS. Projeto do Maciço do Morro da Cruz. Florianópolis: Secretaria Municipal de Infraestrutura. 2018. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=projeto+macico+do+morro+da+cruz&menu=7&submenuid=303>>. Acesso em: 17 maio 2017.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

LIMA, Ana Karoline dos Santos; BENEVIDES, Tânia Moura. Economia Colaborativa e Afroempreendedorismo: Uma Análise Sobre Articulação Desses dois Conceitos no UJAMAA Coworking. *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/regis/article/view/21164>. Acesso em: 18 maio. 2022.



SALVADOR E SUAS CORES [2022]
2ª Conferência Internacional África-Brasil:
Cooperação Brasil-Nigéria dentro do Sul Global

LORDE, Audre. There is no Hierarchy of Oppressions. 2017 [1983]. Disponível em: <<https://lgbt.ucsd.edu/education/oppressions.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MIRANDA, Eduardo. Epistemologias dos Odus e Decolonialidade Afro-Brasileira. Revista Estudos Libertários, 2022, 4(11), p. 28-40. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/53236/29282>

MIRANDA, Eduardo. Epistemologias dos Odus e Decolonialidade Afro-Brasileira. Revista Estudos Libertários, 2022, 4(11), p. 28-40. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/53236/29282>

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. Territórios negros em Florianópolis. 2018. 137 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGCN0690-D.pdf>

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alex. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ, N. 17-18, jan/dez, 2004, pp. 77-88.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Questões urbanas e racismo. Petrópolis: Dp Et Alii, 2012. p. 216-243. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Os Donos de Negócio no Brasil: análise por raça/cor (2001 a 2014). SEBRAE: Brasília, 2016.

SILVEIRA, María Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C. e FERRARI, M. (orgs.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

SOUZA, Henrique Restier Costa. O papel do BNDES e do SEBRAE no fomento e na capacitação do empreendedorismo negro brasileiro. In: Congresso de Pesquisadoras(Es) Negras(Os) do Sudeste, 1., Nova Iguaçu, Anais [...]. Rio de Janeiro: ABPN, 2015. p. 1-11.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul. 2008. Disponível em: https://www.sbhsc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74. Acesso em: 22 jun. 2021.

VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008. 415 p.